



# Câmara Municipal de Araçatuba

## Estado de São Paulo

REQUERIMENTO N.º 243/2015

APROVADO

Sessão de 24/08/2015

PRESIDENTE

Senhor Presidente:

**CONSIDERANDO** que em dezembro de 2014, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou a criação de **973 (novecentos e setenta e três) cargos de provimento efetivo** para o Tribunal Regional do Trabalho da 15.<sup>a</sup> Região, sediado em Campinas, sendo **356 (trezentos e cinquenta e seis) cargos de Analista Judiciário – Área Judiciária; 90 (noventa) cargos de Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador Federal; 147 (cento e quarenta e sete) cargos de Analista Judiciário – Área Administrativa; e 380 (trezentos e oitenta) cargos de Técnico Judiciário;**

**considerando** que o Projeto de Lei n.º 8.256/2014 foi encaminhado ao Congresso Nacional pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), sendo o mesmo encaminhado à primeira das Comissões – Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) – para apreciação do mérito, na qual já foi votado e aprovado por unanimidade o parecer do Relator, o Deputado Augusto Coutinho (SD-PE), em reunião deliberativa ordinária realizada em 27 de maio de 2015;

**considerando** que após essa aprovação, o Projeto de Lei foi encaminhado para a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados – CFT, onde aguarda análise em reunião deliberativa ordinária;

**considerando** que o Tribunal Regional do Trabalho da 15.<sup>a</sup> Região, com sede em Campinas-SP, possui jurisdição em 599 municípios, sendo Araçatuba um dos municípios que serão beneficiados com uma prestação mais célere em suas Varas do Trabalho;

**considerando** que é de conhecimento notório de todos os magistrados, servidores e advogados, bem como da população que se utiliza dos serviços abrangidos por esta jurisdição, que o Tribunal recebe grande demanda de processos, vindo a sustentar, ao longo de vários anos, o segundo maior volume de processos recebidos no país, superando a significativa marca de um milhão e duzentos mil processos desde o ano de 2006;

**considerando** que segundo dados estatísticos relacionados à movimentação processual no TRT da 15.<sup>a</sup> Região, a estrutura organizacional e funcional do Tribunal não acompanhou o crescimento da demanda processual existente, principalmente em razão da ampliação da competência material da Justiça do Trabalho, por meio da Emenda Constitucional n.º 45;



# Câmara Municipal de Araçatuba

Estado de São Paulo

**considerando** que embora o TRT da 15.<sup>a</sup> Região vem buscando manter o elevado nível de excelência na prestação jurisdicional e na gestão administrativa, procurando manter o nível estabelecido pelo CNJ de processos encerrados, o aumento do volume de serviços é progressivo, ultrapassando a paridade entre a demanda e seu pleno atendimento;

**considerando** que o Projeto de Lei n.º 8.256/2014, de autoria do Tribunal Superior do Trabalho (TST), visa a proporcionar qualidade e celeridade na prestação jurisdicional sob competência do TRT da 15.<sup>a</sup> Região;

**considerando** que o aumento de ações trabalhistas verificado nos últimos anos, inclusive em razão das novas competências atribuídas aos Tribunais Regionais do Trabalho por meio da Emenda Constitucional n.º 45, fez com que Municípios sob a jurisdição do TRT da 15.<sup>a</sup> Região passassem a exigir providências, de modo a conferir qualidade e celeridade da prestação jurisdicional.

**REQUEREMOS**, ouvido o Plenário na forma regimental, seja consignado em ata de nossos trabalhos legislativos o **APOIO desta Câmara Municipal à aprovação do Projeto de Lei n.º 8.256, de 2014**, de autoria do Tribunal Superior do Trabalho, encaminhado ao Congresso Nacional por seu Presidente, o Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, projeto esse que dispõe sobre a criação de 973 (novecentos e setenta e três) cargos de provimento efetivo para o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 15.<sup>a</sup> Região.

**Requeremos** que sejam encaminhadas cópias ao Presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 15.<sup>a</sup> Região, Desembargador **Lorival Ferreira dos Santos**, aos Juízes do Trabalho de nossa região e ao Presidente da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil em nosso Município, dando-lhes ciência do exposto.

**Requeremos**, ainda, sejam encaminhadas cópias aos Presidentes da Câmara dos Deputados, Eduardo Consentino da Cunha; das Comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados; às Lideranças Partidárias da Câmara dos Deputados; e aos Presidentes das principais Câmaras Municipais do Estado de São Paulo compreendidas na área de jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 15.<sup>a</sup> Região, dando-lhes ciência do exposto e solicitando-lhes apoio.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2015

  
**CIDO SARAIVA**  
**VEREADOR – PMDB**